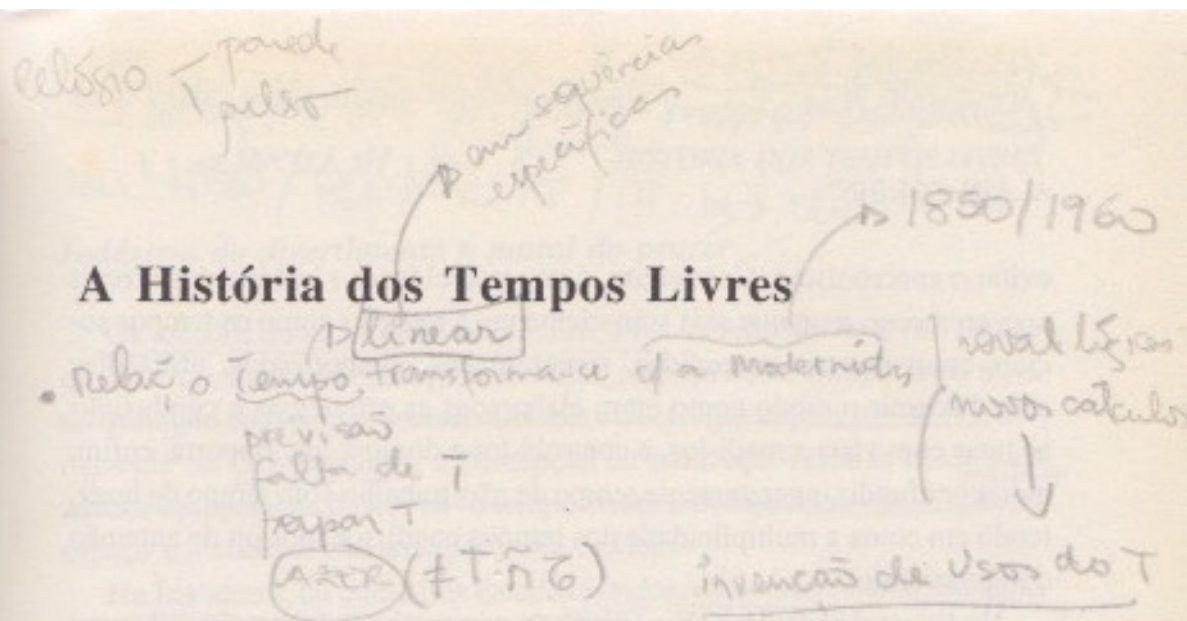




Uma encruzilhada de desejos, expectativas e frustrações

O acentuar da pressão temporal sobre o nosso quotidiano, a permanente sensação de falta de tempo, logo, a preocupação lancinante de o poupar sugeriram-nos o projecto deste livro. A recente necessidade de previsão, a intolerância crescente para com a falta de regras, no trabalho como no lazer, a exigência, cada vez mais premente, de rigor não impediram, antes pelo contrário, que continuasse a avivar-se o desejo de um tempo livre, aberto à espontaneidade. Ao longo das décadas foi-se impondo a necessidade de elaborar novas lógicas do emprego do tempo, novos modos de cálculo do seu desperdício.

Tudo isso contribui para colocar o lazer no centro do feixe dos desejos, das expectativas e das frustrações. Chegou o momento de reflectir sobre uma periodização da história baseada na relação das etapas que, há mais de um século, vêm ritmando este advento de novas referências temporais; de tentar uma história que coloque no primeiro plano, não a luta com vista à aquisição de tempo disponível, mas a invenção dos seus usos.

O nosso projecto consiste portanto em seguir a invenção das maneiras de imaginar, utilizar ou simplesmente viver uma gama de tempos disponíveis que pouco a pouco se vão inserindo na vertente temporal das sociedades ocidentais, entre 1850 e 1960. Para o levar a bom termo convém

glamour / fashion play → encanto da
ociosidade

ALAIN CORBIN

evitar o anacronismo. Com efeito, é impossível fazer a história dos lazes sem conhecer, nem que seja sumariamente, a maneira como os tempos sociais eram outrora entendidos, representados, simbolizados, utilizados; sem discernir o modo como eram elaboradas as estratégias e conduzidas as lutas com vista a medi-los, a controlá-los e dominá-los. Importa, enfim, evitar confundir ingenuamente tempo de não-trabalho com tempo de lazer, tendo em conta a multiplicidade dos tempos condicionados ou de antemão comprometidos.

No limiar do século XIX o tempo do camponês, o do artesão, tal como o do operário eram porosos, impregnados de imprevistos, abertos à espontaneidade, sujeitos à interrupção fortuita ou recreativa. Este tempo de relativa lentidão, flexível, maleável, ocupado por actividades muitas vezes mal determinadas foi sendo pouco a pouco substituído pelo tempo calculado, previsto, ordenado, precipitado da eficácia e da produtividade; tempo linear, estritamente medido que pode ser perdido, desperdiçado, recuperado, ganho. Foi ele que suscitou a reivindicação de autonomia de um tempo pessoal, de que o pequeno almoço na cama e a pesca à linha constituem sequências emblemáticas.

Ora o desejo deste tempo vazio, sob a ameaça insidiosa do aborrecimento, suscitou paradoxalmente um outro tempo de lazer e de distração, por sua vez previsto, organizado, cheio, agitado, baseado em novos valores: tempo-mercadoria dos primeiros clubes de férias que só difere do tempo inicial da modernidade pela ausência do trabalho. Seguiremos este duplo processo sem esquecer as resistências que lhe foram opostas, sem omitir o que se refere à desordem do tempo e ao tempo da desordem; o que remete para a festa, para a inversão, para a orgia, para o desregramento, para a livre expressão das pulsões dionisiacas; a esse tempo que reata o não-tempo, o transcendente, o primitivo; tempo da tragédia, da luta ou da catástrofe.

Pedagógicos do lazer - Lazer / Mercadoria
T p / consumo

multidões / espetáculo / Clubes desportivos

Indústria do divertimento e moral do prazer

Os meados do século XIX abrem este livro. A reformulação dos ritmos do trabalho, ligada à revolução industrial, começa então a impor uma nova distribuição dos tempos sociais. Um feixe de reivindicações prova, nomeadamente na Grã-Bretanha, a percepção da mudança. Nota-se nesse país tanto a apropriação de um novo tempo como o desejo da sua inscrição no espaço e a vontade de desenhar o seu modelo.

Na Inglaterra, tal como nos Estados Unidos, elaboram-se uma indústria e uma cultura populares do divertimento citadino. Em 1852 Charles Morton abre o primeiro *music-hall* londrino. É ao longo da década de 1850 que são projectados o *Bois de Boulogne* e o *Central Park*. Desde logo, o desejo de utilizar o lazer estimula a reflexão. «Creio que poderia evitar-se muita perversidade», lê-se no relatório Chadwick, em 1842, «com o críquete ou com o futebol.»

A revolução dos transportes determina uma nova prática do espaço. Thomas Cook organiza a sua primeira viagem em 1841. A série das grandes exposições universais inaugura-se em Londres em 1851: contribui para que se desenhe um lazer de multidões até então desconhecido. Nos Estados Unidos, na mesma época, emerge o desporto-espectáculo. É então que são criados os primeiros clubes desportivos e que Barnum inventa a indústria do divertimento de massas.

O fim da Segunda Guerra mundial constitui uma ruptura igualmente evidente. A seguir à vitória dos Aliados triunfa um lazer-mercadoria entendido sobretudo como um tempo disponível para o consumo. A difusão social das folgas pagas e depois das férias autoriza esta brusca mutação das figuras e dos usos do tempo livre. Desenvolve-se uma moral do prazer (*fun morality*) que traduz a alteração dos valores e das referências.

Neste momento os profissionais americanos do lazer, cuja acção se baseia numa reflexão teórica elaborada no dealbar dos anos trinta e posta em latência pela crise económica e depois pela guerra, impõem os seus mo-

Fim 2ª G.M.
"FUN MORALITY"

Pós Segunda Guerra

delos ao conjunto da Europa ocidental. A seguir à Segunda Guerra mundial surge um período de viva tensão entre a ideologia do lazer racional elaborada no século XIX, todo-poderosa no seio dos organismos internacionais do período entre guerras (BIT, IICI)¹, e o desejo de distração (*play, recreation*) traduzido no surto da diversão de massas, ligado ao novo poder dos industriais das férias.

Ao longo da segunda metade do século XIX desenham-se traços comuns a todos os países. Em Inglaterra, em França, na Alemanha como nos Estados Unidos, os actores determinantes da história de que nos ocupamos foram personalidades independentes do poder central: filantropos, humanistas (Estados Unidos), reformistas protestantes (Grã-Bretanha, sobretudo), intelectuais (França). Por toda a parte a sua acção precedeu a investigação científica consagrada às modalidades de utilização do tempo livre. É que se tratava acima de tudo de vigiar, de controlar, de moralizar, de promover.

R.U. Em todos os países do Ocidente impõe-se no século XIX a distinção entre práticas de lazer consideradas enriquecedoras, que relevam da esfera do amadorismo, e distrações consideradas pouco respeitáveis, empobrecedoras ou demasiado ligadas ao profissionalismo. Esta tensão, de ordem ética, entre a busca do lazer «racional» e a do divertimento sem finalidade moral caracteriza desde cedo o debate tal como se estabeleceu além-Mancha, ao mesmo tempo que a ideologia que valoriza o trabalho está no seu apogeu. Nesta matéria, a acção depressa decalca a da luta pela temperança, a que se encontra naturalmente ligada. É assim que cedo se desenvolve, na Grã-Bretanha, uma actividade multiforme que visa controlar, reprimir as distrações consideradas anárquicas e encorajar as distrações «racionais». O Reino Unido caracteriza-se por uma consciência premonitória da diversidade dos usos sociais do tempo e por um esforço intenso de organização e enquadramento do lazer popular.

A regulamentação das praças, dos parques e outros espaços públicos, a proibição dos combates entre animais, a vigilância do boxe, a da venda

Antipatia pela ociosidade → perspectiva moralizadora
↓
"bom bazar" / ver p. 12

HISTÓRIA DOS TEMPOS LIVRES

de bebidas andam então a par da multiplicação dos campos de jogos destinados a moralizar os bandos juvenis. Nesses meios manifestam-se simultaneamente uma viva antipatia pela ociosidade e um forte desejo de modelar o lazer do outro, considerado inferior, naturalmente sujeito à imoralidade, à desordem dos instintos, à pulsão imediata e ao risco da miséria.

Também em França o tempo livre foi entendido e analisado numa perspectiva moralizadora, mas mais tardiamente, com um desfasamento que reflecte o da revolução industrial. Algo paradoxalmente, a conjuntura foi pensada com maior rigor do que na Grã-Bretanha, nas suas relações com a condição e o trabalho dos operários: não pôde portanto adquirir o seu estatuto autónomo. Em França a questão do tempo livre manteve-se durante muito tempo associada às lutas proletárias. Foi monopólio de militantes cultos, os chamados intelectuais, no fim do século. A reflexão consagrada ao lazer achou-se aqui estreitamente ligada a tudo o que tem a ver tanto com a ordem social como com a generalização da instrução. Esta aliança só começou a desfazer-se a seguir à Segunda Guerra mundial, quando o lazer se tornou objecto autónomo de reflexão.

Deste modo, cavou-se um fosso mais profundo do que nos países anglo-saxónicos entre o discurso das elites e as práticas populares, entre as representações de um lazer operário e a realidade das distrações de uma população que foi sempre maioritariamente estranha ao mundo das fábricas.

Os Estados Unidos constituem o principal laboratório do lazer de massas contemporâneo. No seio da União, cedo ele foi considerado na sua especificidade. Há um acontecimento que se reveste de valor simbólico: a realização do primeiro *Play Congress* em Chicago, em 1907. É certo que também além-Atlântico foi durante muito tempo combatido o mau lazer, as ameaças de perversão nele contidas. Durante muito tempo a procura do bom lazer, a exaltação das suas virtudes preventivas e terapêuticas impuseram-se. Mas houve duas noções originais e fortes a estruturar aqui a ac-

Play Congress - Chicago 1907
↳ RECREAÇÃO / lúdico

EVA
ção e o debate. A primeira tem a ver com o que cabe dentro do termo *play* e da expressão *play movement*. Os Americanos inverteram o antigo temor do tempo perdido. Consideraram o tempo livre um tempo ganho, poupado ao trabalho: como uma riqueza cuja aquisição entrasse na gama dos desafios colocados pela sociedade americana, como um resultado benéfico da civilização dos Estados Unidos, da originalidade das formas da sua democracia, da qualidade do seu saber técnico. Bem cedo o tempo livre foi entendido menos como um meio de instrução e mais como a via para uma certa felicidade. Na mesma perspectiva, o termo *recreation*, a outra noção forte que estrutura este campo. Não se reveste exactamente do mesmo significado que tem na tradição europeia, isto é, a re-criação da força de trabalho. Evoca desde logo e mais intensamente o aspecto lúdico do prazer proporcionado pelo lazer e a sua institucionalização sob a forma de diversão.

A exaltação da liberdade, da espontaneidade que esta sugere foi precoce, além-Atlântico. Viu-se nela um instrumento de educação, um meio de desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, uma via de enobrecimento e de domínio de si. Nesta perspectiva, longe de se oporem radicalmente, trabalho e recreio encontraram-se ligados pelo mesmo espírito de aventura. As actividades lúdicas permitidas pelo lazer, a cultura física que impõem foram, a partir do final do século XIX, entendidas como componentes ricas da civilização e do ideal democrático americanos.

A distribuição dos tempos sociais

No início do século XIX o tempo de trabalho é ainda descontínuo. Enquanto desempenha a sua tarefa, o operário ou o artesão renano bebe, fuma, conversa. O trabalhador da construção civil parisiense vai regularmente beber um quartilho. O trabalhador das porcelanas de Limoges manda o ajudante buscar garrafas e virtualhas. O mineiro de Carmaux, mais tar-

de no século, abandona as profundezas quando lhe apetece ir tratar do feno ou colher os produtos da sua terra. Em França, parar o trabalho à segunda-feira — o «Saint-Lundi» — constitui um hábito solidamente enraizado. Em Inglaterra o respeito pelo *Holy Monday*, dia tradicional de mercado, só desaparece com a instituição da meia folga do sábado.

Entre o tempo de trabalho e o tempo sem trabalho não há ainda distinção marcada: as duas categorias estão em interacção. No interior do *pub* inglês a actividade laboral tende a monopolizar as conversas que acompanham as bebidas. Nesta fase final da proto-industrialização, a importância do trabalho domiciliário torna difícil a distinção entre o emprego, a vida familiar e as actividades domésticas.

A seguir, modifica-se profundamente a distribuição dos tempos sociais. O trabalho à tarefa vai cedendo o lugar ao trabalho definido pelo tempo que ocupa. Cava-se mais o fosso que separa o interior do lar do local de trabalho. Cada vez mais conscientemente, a semana divide-se entre o tempo pessoal e o tempo destinado ao patrão. Em suma, uma divisão do dia em sequências específicas vem quebrar a harmonia dos ritmos anteriores.

Paralelamente, impõem-se novas exigências de exactidão. O processo ultrapassa em muito o domínio da fábrica e da oficina. Com o correr das décadas, toda a sociedade ocidental fica submetida ao tempo medido pelo relógio de parede, depois pelo relógio de pulso.

Dentro das fábricas, de um modo desigual conforme os sectores de actividade, os sexos e o estatuto social, a disciplina do horário instala-se lentamente. Nas galerias das minas de Carmaux o seu domínio terá que exercer-se sobre várias gerações sucessivas de trabalhadores para que os engenheiros da Companhia consigam que as suas novas exigências triunfem. Neste tempo de expansão da manufatura a expensas da oficina familiar, esta imposição do tempo cronometrado suscita, além do mais, muitas resistências.

A interiorização do horário é acompanhada pelo triunfo de uma leitura

monocórdica do tempo que impede a disponibilidade para múltiplas actividades. À retracção das lentidões junta-se uma necessidade crescente de exactidão. O século XIX é marcado por uma aceleração dos ritmos simbolizada pelo aumento da velocidade dos veículos. Ao mesmo tempo, as atitudes perante a inexactidão e a lentidão de outrem modificam-se. Enquanto sofre estas novas intolerâncias, o trabalhador desaprende de produzir o seu próprio tempo.

Trabalho e lazer formam um sistema: qualquer alteração de um afecta o outro. O tempo livre do operário ou do agricultor continuaria ainda a ser pensado segundo o modelo desse tempo mercantil cuja ascensão Jacques Le Goff assinalou no seio do mundo medieval. O tempo sem trabalho passava a ser sentido mais como um tempo de repouso, um «tempo morto», do que como uma sequência de verdadeiro lazer. Surgia também como um tempo consagrado ao cumprimento do dever ritual. Religião, festas, divertimentos e restauração da força de trabalho continuavam estreitamente ligados. A prática religiosa produz subtilmente um estado de efervescência, a entrada num elemento irreal e poético, logo, uma desconstracção que, nomeadamente no seio das sociedades rurais, facilitava a recreação.

Contudo, as novas modalidades do tempo de trabalho foram pouco a pouco modelando as do tempo livre e determinando a natureza das reivindicações que facilitaram o seu aparecimento. Nomeadamente, contribuíram para impor a noção de preenchimento do tempo disponível, para reformular o temor da vacuidade, para fazer impender sobre o lazer a previsão; subtil transposição da condenação moral que outrora feria a ociosidade. No fim do período considerado, isto é, a seguir à Segunda Guerra mundial, uma mesma ética do *forcing* acabou por reger tanto o trabalho como o lazer.

O aumento do tempo disponível, a desqualificação dos saberes artesanais, o recuo das práticas rituais e, em maior medida, as transformações da estrutura temporal das sociedades ocidentais acentuaram na verdade o medo do vazio dos tempos livres e agravaram a incapacidade do indivíduo

de produzir tempo para si próprio. Assim se acentuou, paradoxalmente, o risco de sofrimento infligido por um tempo livre «que decorre na passividade, se perde na inexistência, [de um] tempo pesado carregado de tédio, [de um] tempo para matar»², de uma existência de lazer sem presente real; situação semelhante à anarquia temporal, desfavorável à produção de tempos pessoais, vivida pelo desempregado.

Estas discordâncias recordam que produzir tempo não equivale a libertar o seu uso. O essencial, nesta perspectiva, seria, não que o trabalho ocupasse menos tempo, mas que ocupasse menos os espíritos. Será isso possível? Ou deveremos pensar que, a despeito do declínio histórico do trabalho, as limitações que são as dos tempos laborais não param de se transpor para o tempo disponível e de determinar os seus conteúdos? Deveremos também admitir que, mesmo no coração do tempo livre, convém acima de tudo provar, por uma diferença nítida, ostensiva, a sua disponibilidade relativamente ao trabalho produtivo? O que equivale a tomá-lo para referência essencial.

As reivindicações de um tempo pessoal

Estas interrogações impõem que sublinhemos a importância de um modelo de uso do tempo algo abandonado por uma história submetida à sociologia do trabalho operário: o lazer culto (*otium cum dignitate*) herdado da Antiguidade e periodicamente reformulado. Estudá-lo-emos com mais pormenor, mas convém desde já situá-lo no âmbito desta rápida reflexão consagrada à genealogia dos usos sociais do tempo. A prática do lazer culto constitui por vezes o fim de uma carreira; pode ser simples intervalo inscrito no exercício de uma profissão liberal ou de uma magistratura; seja como for, há que distingui-la com cuidado de todas as tácticas que relevam desse dispêndio ostentatório do tempo analisado por Paul Lafargue, depois por Thorstein Veblen, a propósito da sociedade americana.

A seguir à Segunda Guerra mundial aumenta o desejo de tempo próprio, o qual muito deve à antiga figura do lazer culto. Este tempo, regido pelo prazer, é o do gozo proporcionado pela expressão e realização de si com espontaneidade: satisfação temporal que implica esquecer o tempo para criar e dominar tempo próprio. Nesta perspectiva, o lazer, alimentado por projectos e expectativas elaboradas à medida do horizonte temporal do indivíduo que as formula, é primeiro distanciar-se, depois «o mais completo modo de expressão de si pelo corpo, pelos sentidos, pelos sentimentos, pela imaginação, pelo espírito»³.

Este novo desenho do tempo livre retoma as diatribes de Nietzsche contra o lazer constrangido e os mercadores de prazer. Prolonga o seu incitamento à invenção de um estilo de vida próprio do indivíduo, à elaboração de um tempo de re-criação, já não da força de trabalho, mas da própria pessoa. Implica uma disponibilidade para o desejo, para a aventura, para formas inéditas de construção da identidade. Sugere novas relações sensíveis com a natureza e os objectos.

Esta noção de tempo pessoal contribui para uma leitura exaustiva do autodidactismo e de certos elementos da «cultura do pobre»: vê-lo-emos a propósito da pesca à linha, da jardinagem e do *bricolage*. A moda do tempo pessoal contribuiu, nesses meios, para a criação de novas relações sociais.

Esta revolução dos usos do tempo inspira o projecto de uma genealogia das formas assumidas pelos desejos de repouso, de tranquilidade, de silêncio, de distração, de evasão, de aventura; de uma história que deixa de considerar negativas todas as formas de passividade e positivas todas as formas de actividade, por mais insignificantes; de uma história menos assustada com a improdutividade do tempo, a ociosidade, o tédio, e mais com autonomia das formas de invenção de si.

*

* *

A crise dos anos trinta, com a vaga de desemprego que suscitou além-Atlântico, bloqueou, durante toda a década, a reflexão sobre o lazer. Até à eclosão da guerra, a discussão que opôs os partidários da diminuição do tempo de trabalho aos da divisão do tempo de trabalho concentrou as atenções votadas aos usos sociais do tempo. Esta crise nem por isso deixou de conduzir à oposição entre lazer e desemprego, flagelo social, ligado à ociosidade, factor de delinquência e de criminalidade. Seria lamentável que a grande extensão do desemprego tivesse como consequência, hoje, esgotar de novo a reflexão sobre os valores de que o lazer é portador.

Este livro, com um projecto genealógico, parece-me tanto mais oportuno quanto assistimos, nestes últimos anos, ao desenrolar de um aceso debate. Discute-se a valorização de uma «cultura de massas», noção elaborada nos Estados Unidos por volta dos meados do nosso século, em função da análise de certas práticas enraizadas nas grandes cidades europeias do século XIX. Para uns, a «cultura de massas inscreve-se negativamente perante os modelos tradicionais de uma «cultura popular» que se queria baseada na educação, na promoção intelectual e na moralização dos trabalhadores. Estas críticas reprovam na cultura de massas a sua estandarização, o seu carácter mercantil, a sua força conquistadora, considerada estupidificante. Entendem-na como reprodução dos antigos jogos de arena. Vêem nela um instrumento de esterilização do pensamento e da reflexão, uma forma de sujeição aos profissionais do lazer, um instrumento de dominação simbólica.

Outros consideram que esta acesa crítica enferma de parcialidade. Denunciam o carácter sistemático dessas análises, que pensam assentarem em classificações e juízos de valor datados do século anterior. O desejo proclamado de dar ao conjunto da população acesso a um certo nível de cultura, o temor dos atrasos e das desigualdades neste domínio teriam na realidade por objectivo alimentar e perpetuar uma cultura erudita, elitista, surda aos desejos e aos prazeres alheios. Essa surdez levaria a subestimar a capacidade de resistência às mensagens dos meios de comunicação, a es-

ALAIN CORBIN

quecer o distanciamento permitido pelo sentido de humor, a desprezar as expectativas específicas de cada grupo social, a negar as disparidades, o dinamismo e a criatividade das múltiplas culturas que operam em cada uma das sociedades ocidentais.

O nosso objectivo aqui não é tentar entender esse debate nem sequer explicá-lo melhor, mas simplesmente elucidar os seus conteúdos actuais por uma reflexão histórica consagrada ao advento dos lazeres.

Alain Corbin

NOTAS

1. BIT: Bureau international du travail. IICI: Institut International de Coopération intellectuelle.
2. W. GROSSIN, *Les Temps de la vie quotidienne*, Paris-Haia, Mouton, 1974, p. 381.
3. Cf. J. DUMAZEDIER, A. RIPERT, *Le Loisir et la ville*, Paris, Editions du Seuil, 1966, t. I, p. 41-46, et J. DUMAZEDIER, *Révolution culturelle du temps libre*, 1968-1988, Paris, Klincksieck, 1988, p. 47-50.

As principais obras que guiaram a nossa reflexão são as seguintes:

No que se refere à definição do objecto, G. GURVITCH, *La Vocation actuelle de la sociologie*, Paris, PUF, 1963, t. II, cap. xiii: «La multiplicité des temps sociaux». J. DUMAZEDIER, *Révolution culturelle...*, op. cit.; *Le Loisir et la ville...*, op. cit.; N. SAMUEL, M. ROMER, *Le Temps libre: un temps social*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984; W. GROSSIN, op. cit.; R. H. LAUER, *Temporal Man. The Meaning and Uses of Social Time*, New York, Praeger, 1981; C. LALIVE D'EPINAY, M. BASSAND, E. CHRISTE, D. GROS, *Temps libre, culture de masse et cultures de classes aujourd'hui*, Lausanne, Pierre-Marcel Favre, 1982; M.-F. LANFANT, *Les Théories du loisir* Paris, PUF, 1972; D. MERCURE, A. WOLLEMACK, *Temps sociaux*, actas do colóquio de Lovaina, 1987, Bruxelas, De Boeck-Wesmael, 1988; R. SUE, *Temps et ordre social* Paris, PUF, 1994.

Sobre o lazer, os lazeres, o tempo livre como categoria histórica, muito devemos (nomeadamente

HISTÓRIA DOS TEMPOS LIVRES

- pelo que respeita aos Estados Unidos), ao excelente livro de G. PRONOVOST, *Temps, culture et société. Essai sur le processus de formation du loisir et des sciences du loisir dans les sociétés occidentales*, Presses de l'université de Québec, 1983.
- Para uma reflexão crítica, C. BUSCH, *La Sociologie du temps libre existe-t-elle?*, Paris-Haia, Mouton, 1975.
- Certas obras referem-se a facetas do tema, J. BAUDRILLARD, *La Société de consommation*, Paris, Gallimard, 1974, ed. port., Edições 70, Lisboa, 1981; D. RIESMAN, *La Foule solitaire*, Paris, Arthaud, 1964; o conjunto da obra de M. Maffesoli, et H.-P. JEUDY, *Le Désir de catastrophe*, Paris, Aubier, 1990.
- Sobre a história e a medida dos ritmos do tempo, os livros de D. S. LANDES, nomeadamente *L'heure qu'il est*, Paris, Gallimard, 1988, bem como o conjunto das actividades do *Institut l'Homme et le Temps de la Chaux-de-Fonds*; C. STUDENY, *Le Vertige de la vitesse. L'accélération de la France (1830-1940)*, tese EHESS, 1990; J. LE GOFF, «Temps et société chrétienne au Moyen Age», *Temps Libre*, nº 3, actas do colóquio «Temps et Société», 17-19 de Março de 1980, 1981, p.111-116.
- Sobre o tempo religioso e a sociologia do tempo, E. DURKHEIM, *Les Formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totémique en Australie*, Paris, Alcan, 1937, e *Les Cultures et le temps*, Paris, Payot/Unesco, 1975, prefácio de Paul Ricur.
- Sobre o trabalho industrial, G. FRIEDMANN, *Où va le travail humain?*, Paris, Gallimard, 1950, e *Le Travail en miettes*, Paris, Gallimard, 1956; G. NOIRIEL, *Les Ouvriers dans la société française, XIX-XX^e siècle*, Paris, Editions du Seuil, 1986.
- Sobre a noção de lazer culto, além das obras citadas de G. Gurvitch e de M.-F. Lanfant, convém sublinhar a importância do conjunto da obra de S. de Grazia. No que respeita à sua importância para a genealogia da vilegiatura balnear, A. CORBIN, *Le Territoire du vide. L'Occident et le désir du rivage. 1750-1840*, Paris, Aubier, 1988, col. «Champs» Flammarion, 1990.
- Sobre os inquéritos e as sínteses ligados à noção de lazer e de cultura de massas, R. LYND, H. M. LYND, *Middletown: A Study in American Culture*, New York, 1929; C. JONES, *The Social Survey of Merseyside*, Liverpool and London University Press, 1934; E. LARRABEE, R. MEYERSON, *Mass Leisure*, Glencoe, The Free Press, 1958; S. PARKER, *The Sociology of Leisure*, Londres, Boston, George Allen, 1976; V. SCHWARTZ, *The Public Taste for Reality: Early Mass-Culture in Fin-de-Siècle Paris*, tese, Berkeley, 1993.
- Sobre a história das formas de lazer na Grã-Bretanha, R. MAC KIBBIN, «Work and Hobbies in Britain, 1850-1950», in J. WINTER (ed.), *The Working Class in Modern Britain*, Cambridge, 1983; P. BAILEY, *Leisure and Class in Victorian England*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1978; J. CLARKE, C. CRITCHER, *The Devil makes Work: Leisure in Capitalist Britain*, Londres, 1985; J. WALWIN, *Leisure and Society, 1830-1850*, Londres, 1978; H. CUNNINGHAM, *Leisure in the Industrial Revolution, 1780-1880*, Croom Helm, 1980; H. E. MELLER, *Leisure and the Changing City, 1870-1914*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1976; mais próximos ainda do nosso tema, J. K. WALTON, J. WALWIN (eds), *Leisure in Britain, 1780-1939*, Manchester, Manchester University Press, 1983, e, recentemente, o artigo «Leisure», in P. STEARNS (ed.), *Encyclopedia of Social History*, New York, Garland, 1994.
- Sobre os exemplos citados, L. ABRAMS, *Worker's Culture in Imperial Germany*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1992; R. TREMPÉ, *Les Mineurs de Carmaux (1848-1914)*, Paris, Editions ouvrières, 1971; A. CORBIN, *Archaïsme et modernité en Limousin au XIX^e siècle*, Paris, Rivière, 1975.

E, obviamente, três clássicos, P. LAFARGUE, *Le Droit à la paresse*, Paris, Amis de Spartacus, 1987, ed. port. *O Direito à Preguiça*, Editorial Teorema, Lisboa, 1991.; T. VEBLEN, *Théorie de la classe de loisir*, Paris, Gallimard, 1970 (tradução de *The Theory of the Leisure Class*, 1899); R. HOGGART, *La Culture du pauvre. Etude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*, Paris, Editions de Minuit, 1970 (tradução de *The Uses of Literacy*, 1957).

As outras obras utilizadas serão citadas ao longo dos capítulos.

O tempo livre do outro foi desde logo considerado pelos filantropos, os humanistas e os intelectuais de todas as cores e isso até antes do advento dos profissionais do lazer, um tempo a preencher segundo esquemas elaborados dentro do seu meio; ora foram eles que produziram os discursos utilizados pelos historiadores. É portanto avultado o risco, para estes, de sobrestimar a extensão das práticas que correspondem às esperanças – ou à mais viva rejeição –, de subestimar as que se constroem de um modo demasiado autónomo e de desprezar totalmente as que se realizam, de um modo considerado anódino ou irrisório, fora do catálogo dos lazeres considerados dignos de atenção. Por isso foram consagradas filas e filas de biblioteca às universidades populares, que afectavam apenas umas quantas centenas de indivíduos, e quase nada foi dito sobre a pesca à linha que apaixonou milhares de trabalhadores. Convirá ter em conta esta assimetria.